

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OS PADRINHOS E MADRINHAS DE CRIANÇAS ESCRAVAS EM CURITIBA (1690-1820).

Fernanda Nascimento de Brito¹

Universidade de Brasília

fernandanbrittoo@gmail.com

Resumo: Este artigo trata-se de uma breve síntese da pesquisa de mestrado ainda em andamento sobre os padrinhos e madrinhas de crianças escravas em Curitiba entre 1690 até 1820. O principal objetivo é apresentar os resultados iniciais que tivemos sobre as principais pessoas escolhidas para serem padrinhos e madrinhas de crianças escravas (negras). Com a finalidade de identificarmos esses sujeitos, usamos as fontes batismais armazenadas no banco de dados. Após concluímos esta etapa, recorreremos às listas nominativas com o objetivo de apontar o status social que esses indivíduos possuíam na sociedade curitibana.

Palavras-chaves: Batismo, família escrava, fontes batismais, escravidão.

Metodologia, banco de dados e as fontes

O objetivo desta pesquisa é apresentar as principais pessoas escolhidas para serem padrinhos e madrinhas de crianças escravas em Curitiba, entre 1690 até 1820. Em busca de localizar esses sujeitos, recorreremos as fontes de batismo armazenadas no banco de dados do laboratório de história social da Universidade de Brasília- UnB. Para exploramos as fontes, usamos o método onomástico, elaborado por Ginzburg, o nome como fio condutor e a micro história.

¹ Graduada em história pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda em história social pelo programa de pós-graduação de história da Universidade de Brasília.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com o método onomástico podemos encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais distintos. O nome, que diferencia os sujeitos entre si, é o que conduz a pesquisa diante das fontes.(GINZBURG, 1984, p. 174) Com este método, conseguimos diferenciar e encontrar os padrinhos e as madrinhas nas atas batismais. Após identificarmos esses agentes históricos nos registros de batismos, exploramos as listas nominativas em busca de descobrir o status social dos pais espirituais na sociedade curitibana.

Também escolhemos aderir a micro história, pois ao diminuir a escala de análise estamos em busca do comportamento daqueles agentes para compreender as suas ações dentro do sistema escravista. A micro-história vê a ação social como resultado de constantes negociações, escolhas, decisões dos indivíduos dentro de uma realidade. Além da redução da escala de observação, a micro-história também se caracteriza pelo estudo intensivo da documentação, algo que será necessário fazemos para responder as nossas questões.(LEVI, 1992, p. 136)

Porém, o nosso método se diferencia da micro-história italiana proposta por Levi. O uso dessa ferramenta com as fontes de batismo possuem embates que dificultam o rastreamento minucioso das pessoas. A falta de fontes documentais dificulta a análise das experiências sociais desses indivíduos. As fontes eclesiásticas sofrem danos com o passar do tempo, o que dificulta ou impede o reconhecimento dos dados escritos. Frágoso refere-se que a nossa micro-história nesses casos é diferente da italiana. A nossa metodologia se chama micro- história tapuia, ela permite trabalhar o tempo longo, pois os fenômenos sociais se repetem no tempo, sendo produto de relações sociais. (FRAGOSO, 2002, p. 63)

Para encontrar esses sujeitos usamos as atas de batismos, pois são fontes que possuem um maior número de pessoas registradas se compararmos com outros documentos. E a razão para isso é que as fontes batismais abarcavam uma maior e mais variada quantidade da população. Nela temos indivíduos que não seriam contemplados em outros registros, como testamentos que excluem quem não tem herança para transmitir, listas nominativas normalmente, excluem crianças menores de sete anos, etc. Com isso, as atas batismais permitem explorar diversos setores da sociedade. (HAMEISTER, 2006, p 188)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As fontes estão armazenadas no banco de dados armazenadas é conhecido como “paty” e foi desenvolvido pelo Tiago Gil. A base de dados foi desenvolvida com o propósito de estudar as relações sociais e poderes locais de Curitiba e São José, mas logo após a base foi modificada para permitir o cruzamento de fontes batismais, óbitos, casamentos. O projeto teve uma equipe que transcreveu os registros, revisou, abasteceu o banco de dados. O “paty” permite exportamos os dados para planilhas eletrônicas, recurso que utilizamos para criar quatro documentos no Excel com os dados sobre padrinhos livres, padrinhos escravos, madrinhas livres e madrinhas escravas. Isso facilitou o nosso trabalho, pois com as planilhas podemos selecionar a quantidade de vezes que o nome apareceu, logo após, pesquisamos o nome no “paty” e analisamos se as atas de registro se referem a mesma pessoa. (GIL, 2006)

O banco de dados desenvolvido contém 12.500 registros de pessoas (livres, escravas, libertos, administrados) que foram batizadas neste período. Diante da extensa documentação, fez-se necessário selecionar apenas as atas que possuíam mães escravizadas porque consequentemente as crianças batizadas seriam escravas. Não pretendemos analisar os batismos de administrados (indígenas) ou de escravos adultos, pois pretendemos somente compreender quais as pessoas populares para serem padrinhos/ madrinhas de crianças cativas (negras).²

Ao filtrarmos apenas as atas de mães escravizadas, tivemos acesso a 651 registros de crianças batizadas. Para trabalhar em nossa pesquisa, usamos o programa Excel e separamos em quatro categorias, padrinhos livres, padrinhos escravos, madrinhas livres e madrinhas escravas. Com isto, temos em torno de 447 registros de padrinhos livres, 484 de madrinhas livres, 223 de padrinhos escravizados e 190 de madrinhas escravas. Além desta extensa documentação, temos a disposição às listas nominativas para procuramos os agentes históricos e cruzamos as informações.

Numa pesquisa recente, apresentamos brevemente a plataforma do banco de dados e como utilizamos. Além disto, reconstruímos as relações sociais de um casal de escravos, Tomazia e Ventura (ambos pertencentes à freguesia de São José dos Pinhais).

² Para mais informações sobre o banco de dados ver em: BRITO. Fernanda Nascimento de. Metodologia e fontes: Relações sociais de uma família escrava em São José dos Pinhais. In: escrava em São José dos Pinhais. In: Anais do IX Encontro de História da ANPUH DF: “Pesquisas e Ensinos em História: a profissão do historiador e historiadora – perspectivas e desafios no século XXI” / Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Vimos que por meio do batismo, eles construíram relações espirituais com senhores de escravos, forros, escravos, administrados. Com a análise dessas redes sociais, foi possível concluir que o casal estabeleceu laços espirituais com indivíduos de diversos status sociais. (BRITO, 2020, P. 719)

Os padrinhos e as madrinhas de crianças escravas

Ao trabalharmos o batismo sabemos que as vontades dos cativos não eram ignoradas, mas que havia imposições do escravismo e dos senhores. Acreditamos que os cativos não tinham o livre arbítrio para escolher os indivíduos que iriam construir suas relações sociais. Contudo, temos o entendimento de que eles eram sujeitos históricos que travavam disputas para conseguir construir suas redes de acordo com os seus próprios interesses. Ao entendermos quais eram as motivações na escolha de padrinhos e madrinhas, podemos compreender melhor como eram construídas essas relações fictícias e quais eram as pessoas relevantes para serem pais espirituais na sociedade curitibana.

Estudos já destacaram que o apadrinhamento poderia ser usado como um mecanismo de afirmação social, por exemplo, a tese da Hameister. A autora observou que o tamanho do capital social de alguém ou de sua família poderia ser avaliado pelo número de vezes que havia sido padrinho/madrinha. (HAMEISTER, 2006, p. 188). Assim é possível ver que o batismo ultrapassava o ciclo religioso, afetando e influenciando a vida social das pessoas. (UBERTI, 2015, p. 90) Esses laços estabelecidos diante da pia batismal provavelmente teriam uma dimensão social além da estrutura da igreja. Tais relações poderiam ser usadas para reforçar laços já existentes, corporificar relações com indivíduos pertencentes à classe social superior ou com pessoas socialmente desiguais. (UBERTI, 2015)

A preferência de analisar apenas os batismos de crianças escravizadas, excluindo os adultos e administrados, se deu porque a escolha dos padrinhos envolve a vontade dos pais da criança e do senhor. E também não temos dúvidas que o batismo de crianças escravas era uma regra na sociedade escravista, (Luna; Klein, 2010. p. 236) pois a Igreja Católica incentivava o batismo e as constituições do arcebispado da Bahia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recomendavam que os senhores batizassem as crianças mesmo que os pais contradigam.
(DA VIDE, 1853, p 21)

Na análise das fontes, encontramos escravizados que apadrinharam mais de três crianças cativas, ao todo foram onze homens e dez mulheres. Entre os homens escravos apenas três tiveram cinco ou mais afilhados, são eles: (i) Cláudio, escravo de Francisco das Chagas Lima, foi padrinho cinco vezes, (ii) Manuel, escravo de Manuel Vaz Torres, seis vezes com sua esposa Teresa e (iii) Estevão, escravo da Fazenda Nossa Senhora das Neves, sete vezes. No caso das madrinhas escravas, apenas três mulheres apadrinharam mais de quatro vezes: (i) Catarina, escrava de Francisco das Chagas Lima, apadrinhou cinco crianças ao lado do seu marido, (ii) Isabel, escrava de Inácio de Sá Souto, apadrinhou quatro e (iii) Mariana, escrava de Maria Paes dos Santos, apadrinhou quatro vezes.

Outros homens livres também foram padrinhos de crianças cativas, mas ao contrário dos escravizados, apenas dois apadrinharam quatro crianças ou mais. Entre os homens livres apenas três apadrinharam acima de quatro afilhados ou mais: (i) Luis Antonio de Albuquerque, quatro vezes, (ii) Luis Ribeiro da Silva, quatro vezes e (iii) Tomas José Ferreira, quatro vezes. Entre as mulheres livres apenas quatro que apadrinharam três cativos ou mais, entre elas temos Barbara Cascais -filha de Maria Antonia de Albuquerque- que apadrinhou três crianças, em outro registro de batismo temos o mesmo nome, mas descrito como casada com Luis Silvestre de Matos, porém não podemos afirmar que se trata da mesma pessoa. Escolástica -filha de Estevão Ribeiro- apadrinhou três crianças. Francisca de Paula apadrinhou cinco crianças, nos registros de batismos temos as informações que ela é filha de Lourenço Ribeiro de Andrade e mulher de João Antonio da Costa.

Alguns assentos de batismo podem ter conteúdos mais ricos em informações, como as atas de Francisca de Paula. Assim, temos fichas de batismo que possuem informações sobre o parentesco dos padrinhos, revelando quais eram seus pais, parceiros e irmãos. Com esses dados, podemos recorrer a outras atas batismais e listas nominativas para investigar se eles pertenciam a uma família com um grande fogo. Como exemplo disto, temos o caso de Francisca de Paula, que apadrinhou cinco crianças cativas. Em cada ata batismal temos informações que nos ajudam a entender

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sobre a condição social de Francisca de Paula. O padre relatou que Francisca era filha de Lourenço Ribeiro de Andrade e casada com João Antonio da Costa. Nas listas nominativas descobrimos que Lourenço era capitão mor e possuía escravos e que João Antonio detinha um fogo com quatro cativos.

. Nas fontes, identificamos a presença de Francisco de Paula Ribas como padrinho em treze batismos, porém somente cinco eram de crianças escravas. Logo após, pudemos constatar que ele era irmão de Francisca de Paula. De acordo com as fontes batismais, Francisco de Paula era capitão-mor e filho de Lourenço Ribeiro de Andrade. Ao explorarmos as listas nominativas, vimos que Andrade era capitão-mor vivia de suas lavouras, possuía cavalgadas, gados e escravos.

Figura 1 – Registro do banco de dados “paty”

quem	agente	cód_agente	informação
MÃE	Francisca		Solteira
PADRINHO	Francisco de Paula Ribas		Solteiro
TERCEIRO	Lourenço Ribeiro de Andrade		Capitão mor
PADRINHO	Francisco de Paula Ribas		Filho de Lourenço Ribeiro de Andrade
MADRINHA	Francisca de Paula		Casada com João Antonio da Costa
PADRE	Francisco das Chagas Lima		Vigário
INOCENTE	Eufrasia		

Fonte: Banco de dados “paty”

Na figura 1 é apresentado as informações armazenadas no banco de dados sobre o batismo de Eufrasia. Temos acesso a transcrição da ata de batismo, mas também é disponibilizado tabelas com as características das pessoas envolvidas no ritual. A tabela contém informações sobre relacionamentos, status social, estado civil. É importante enfatizar são em raras atas de batismos que oferecem informações adicionais como, por exemplo, os pais dos padrinhos ou a profissão. Nesta ata uma terceira pessoa foi mencionada sem estar presente na cerimônia, Lourenço Ribeiro de Andrade é mencionado para constatar que ele é pai de Francisco de Paula.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O registro de batismo de Eufrasia é do ano de 1790 e a é madrinha Francisca de Paula. A fonte informa que Francisca é casada com João Antonio da Costa. Mas nos cinco documentos que Francisca é madrinha de crianças escravas, o vigário a descreveu como esposa de João Antonio.

Na figura 2, temos listadas as informações contidas na lista nominativa do ano de 1786. O acesso as listas nominativas constatou que Francisca de Paula e o marido viviam na propriedade e juntos com Lourenço Ribeiro. Esta documentação afirma que Andrade possuía 34 escravos.

Figura 2 – Registro do banco de dados “paty”

FOGO	nome	Nome & Local	primeiros	último	sem_partícula	PRODUÇÃO	outras informações
Curitiba1786	---	1.a Cia- Capitão-	Lourenço	Ribeiro de Andrade	69	Chefe	?
Curitiba1786	---	1.a Cia-	Isabel	Ribeiro	66	Irmã	S
Curitiba1786	---	1.a Cia-	Antonio	Ribeiro	31		?
Curitiba1786	---	1.a Cia-	João	Antonio	31	Genro	C
Curitiba1786	---	1.a Cia-	Ana	Maria	25	Filha	C
Curitiba1786	---	1.a Cia-	João	Antonio da Costa	31	Genro	C
Curitiba1786	---	1.a Cia-	Francisca	de Paula	19	Filha	C
Curitiba1786	---	1.a Cia-	José	Antonio	26	Genro	C

Fonte: Banco de dados “paty”

As listas nominativas eram uma espécie de censo e elas listavam as características de cada fogo, por isso, é necessário destacar que elas organizavam os fogos/domicílios e não os habitantes. Cada registro incluía as pessoas que viviam naquele domicílio e seguiam uma ordem específica. Primeiro, o chefe da família e a cōnjuge, depois os filhos, as filhas, expostos, enjeitados. Se o fogo tivesse administrado ou escravos, também eram contados, mas em muitas vezes os nomes dos escravizados não eram incluídos.(GIL, 2017, p 39-40)

O registro abaixo confirma as informações sobre Francisco ser filho de Lourenço. Além disto, Lourenço é qualificado como o chefe da propriedade e capitão-mor.

Figura 3 – Registro do banco de dados “paty”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fogo	mat.	Quali	Nome	Idade	Sexo	Categoria	E		
1	1	[001]	01888	Capitão	Lourenço Ribeiro de Andrade	65	M	Chefe	?

FOGO	nome	Nome & Local	primeiros	último	sem_partícula	PRODUÇÃO	outras informações
	Curitiba1789--1.a Cia-	Capitão-	Lourenço	Ribeiro de Andrade		65	Chefe ?
	Curitiba1789--1.a Cia-		Antonio	Ribeiro		28	Filho/Ajudante ?
	Curitiba1789--1.a Cia-		Francisco	de Paula		24	Filho ?
	Curitiba1789--1.a Cia-		Isabel	Ribeiro		69	Irmã ?
	Curitiba1789--1.a Cia-		Ana			10	Exposta S
	Curitiba1789--1.a Cia-		Gertrudes			8	Exposta S
	Curitiba1789--1.a Cia-		escravo				Escravo
	Curitiba1789--1.a Cia-		escravo				Escravo

Fonte: Banco de dados “paty”

Para concluirmos que determinada quantidade de vezes era relevante para categoria (homens, mulheres livres ou escravizados) foi necessário explorar cada grupo separadamente. Não podemos estabelecer um mesmo parâmetro porque a estrutura social afetava de maneiras distintas cada classe. E observamos ao separar as atas de batismos em categorias que determinados setores da sociedade frequentavam mais a pia batismal em detrimento de outros. Com a divisão obtivemos 447 registros de padrinhos livres, 484 de madrinhas livres, 223 de padrinhos escravizados e 190 de madrinhas escravas. Madrinhas livres eram mais requisitadas do que padrinhos livres, porém ocorria o inverso quando se tratava de pessoas escravizadas.

Quando se trata de homens livres, conseguimos encontrar mais facilmente os registros de batismo que participaram, pois os párocos costumavam escrever o nome completo e a ocupação. Algumas mulheres livres tinham o nome completo escrito, mas com uma grande frequência encontramos atas constando apenas o primeiro nome. Nesses casos, temos na descrição especificando quem era o marido ou o pai da madrinha, não raramente o nome desses homens se encontram completos e com a profissão em seguida. E novamente, utilizamos o nome desses homens para verificarmos se a madrinha é a mesma em todas as ocasiões.

Entre os homens escravizados, apenas três tiveram três afilhados, enquanto entre os livres, seis homens tiveram três afilhados. Com as atas encontramos casos de indivíduos de hierarquias sociais distintas que apadrinharam a mesma quantidade de crianças escravas, por exemplo: (i) Francisco de Paula, capitão-mor, apadrinhou cinco

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

crianças escravas e (ii) Benedita, escrava da Capela das Neves, que também foi madrinha de cinco crianças escravas

Benedita era escrava da fazenda que ora é nomeada como Senhora das Neves ora como Capela das Neves. Nas atas de batismo foi observado que das cinco crianças que ela apadrinhou quatro foram de pais ilegítimos, porém esses dados não nos apresentaram muita informação porque Francisco de Paula também batizou a mesma quantidade de crianças com pais ilegítimos. Com o auxílio das listas nominativas foi possível constatar que a sua fazenda possuía um fogo com dez escravos, o que caracteriza um fogo grande na sociedade curitibana. Curitiba tinha um percentual 77,2% de proprietários com cinco ou menos escravos em 1824 com 44,4% dos escravizados do município. (MACHADO, 2008, p. 47) Notamos um casal de escravizados, ambos eram escravos de Manuel Vaz Torres, que apadrinharam cinco crianças também escravizadas. De acordo com as listas nominativas, o escravista possuía um foro com aproximadamente sete escravizados. Sabemos que o tamanho do plantel influenciava a formação de famílias escravas porque os cativos pertencentes a pequenos quartéis tinham mais dificuldades para formar laços familiares.(MACHADO, 2008, p. 93)

Na planilha de madrinhas livre temos 22 mulheres nomeadas como Teresa. Como sabemos que são mulheres distintas? Será que é a mesma pessoa? Para responder essas questões utilizamos o método onomástico. O nome é o nosso fio condutor para obter as nossas respostas. (GINZBURG, 1989) Ao descobrimos que temos nomes repetidos com o nome de Teresa, pesquisamos o nome na base de dados, analisamos cada ata de batismo e verificamos se temos informações compatíveis. Dessa forma, vimos que em seis atas de batismo o nome do senhor Manuel Vaz Torres e do marido Manuel, escravo, se repetiam. O nome do marido e do senhor foram a forma de descobrimos que em meio a tantas “Terasas” havia uma que apadrinhou seis crianças.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dentre as conclusões parciais alcançadas até o presente momento, notamos que na sociedade curitibana as mulheres livres eram mais requisitadas para serem madrinhas do que os homens livres. Também notamos que as mulheres escravas eram preteridas para serem madrinhas, foram as que menos apareceram como madrinhas. Os homens escravos não eram tão requisitados quando comparados aos livres, mas continuavam sem preferidos em detrimento as escravizadas.

BIBLIOGRAFIA

BRITO, Fernanda Nascimento de. Metodologia e fontes: Relações sociais de uma família escrava em São José dos Pinhais. In: escrava em São José dos Pinhais. In: Anais do IX Encontro de História da ANPUH DF: “Pesquisas e Ensinos em História: a profissão do historiador e historiadora – perspectivas e desafios no século XXI” / Brasília: Universidade de Brasília, 2020. p 719

CAMILO, Nathan. De “o nome e o como” para “o nome além do como”: estudo de trajetórias e práticas de nomeação. História Unicap, v. 3, n. 6, p. 363-374, 2016.

DA VIDE, Abp Sebastião Monteiro. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia. Senado Federal, 1853.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. Topoi (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 41-70, 2002

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989

GIL, Tiago Luis. Geografia política e mobilidade social na América lusa (São José dos Pinhais, 1770-1800). In: GUEDES, R.; FRAGOSO, J. História Social em Registros

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Paroquiais: Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2016.

HAMEISTER, Martha Daisson. "Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)." Rio de Janeiro: UFRJ, PPG em História Social (Tese de Doutorado) (2006).

MACHADO, Cacilda (2008), A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A escrita da história. Unesp, 1992.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Escravismo no Brasil. edusp, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

UBERTI, Hermes. Os Alves da Conceição e as muitas faces do compadrio. Revista Latino-Americana de História, v. 4, n. 13, p. 88-108, 2015

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**